deve ler-se:

Nome	Data de nascimento
Karyton Sérgio Linhares Corregosinho	28-1-1985

15 de Dezembro de 2011. — Pelo Director Nacional, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Teresa Maria Carneiro de Andrade*.

205472477

Despacho n.º 17106/2011

Lista n.º 77/11-A

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 31 de Agosto de 2011, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Brenda Veronese de Oliveira	27-02-1993
Bruno Rocha Veronese de Oliveira	18-01-1990
Fernando Diniz Pereira	22-06-1980
Catiane Finger de Quadros Marinheiro	08-04-1979
Fernanda dos Santos Xavier Correia	23-06-1983
Luciano Pereira da Silva	20-12-1980
Heliomar Coelho Lacerda	15-07-1975
Jorge Anselmo Silveira Andre	09-11-1967
Silvania Marina Barcelos da Silva	22-07-1980
Marcia de Moraes	25-08-1967

15 de Dezembro de 2011. — Pelo Director Nacional, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Teresa Maria Carneiro de Andrade,* inspectora superior.

205471967

Despacho n.º 17107/2011

Lista n.º 100/11

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 25 de Outubro de 2011, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, à cidadã brasileira:

	Data de nascimento
Carolina Campos Silva	03-07-1985

16 de Dezembro de 2011. — Pelo Director Nacional, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Teresa Maria Carneiro de Andrade,* inspectora superior.

205478503

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 17108/2011

1 — Nos termos do artigo 95.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, são nomeados, para exercerem funções de directores-adjuntos do Centro de Estudos Judiciários, os seguintes magistrados, possuidores de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício dessas funções, como se evidencia nas sínteses curriculares publicadas em anexo:

a) Dr. Mário António Mendes Serrano, Desembargador da Relação de Évora;

b) Dr.ª Maria Helena Pereira Loureiro Correia Fazenda, Procuradora-Geral-Adjunta.

2 — Nos termos do artigo 95.º, n.º 2, da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, foi ouvido o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, que se pronunciou favoravelmente.

3 — Foram obtidas as autorizações do Conselho Superior da Magistratura para a comissão de serviço do director adjunto referido na alínea *a*) e do Conselho Superior do Ministério Público para a comissão de serviço do director-adjunto referido na alínea *b*).

4 — Os nomeados podem exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

5 — O presente despacho produz efeitos a 15 de Novembro de 2011.

6 de Dezembro de 2011. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz.*

Síntese curricular

Mário António Mendes Serrano.

Nasceu em Lisboa, em 8 de Junho de 1960. É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (curso de 1978-1983), tendo concluído o curso com a classificação final de 15 valores.

É Juiz, actualmente com a categoria de Juiz Desembargador (desde Setembro de 2008). Tem classificação de serviço de «Muito Bom».

No decurso da sua carreira judicial desempenhou, sucessivamente, funções nos seguintes tribunais judiciais de 1.ª instância: Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha (estagiário); Tribunal Cível da Comarca de Lisboa (auxiliar); Tribunal de Instrução Criminal de Sintra; Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa; Tribunal de Círculo do Barreiro; Tribunal Cível da Comarca de Lisboa. E, na 2.ª instância, exerceu funções no Tribunal da Relação de Évora, como auxiliar (Setembro de 2006-Agosto de 2008), no Tribunal da Relação do Porto (Setembro de 2008-Agosto de 2009) e no Tribunal da Relação de Évora (desde Setembro de 2009).

Cumpriu ainda comissões de serviço de natureza judicial como assessor no Tribunal Constitucional (Julho de 1994-Setembro de 1995), docente no Centro de Estudos Judiciários (Setembro de 1995-Setembro de 2001) e vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (Setembro de 2001-Agosto de 2006).

Participou, através de comunicações ou intervenções, em vários seminários, colóquios e encontros similares, em Portugal e no estrangeiro, sobre temas de cooperação judiciária internacional em matéria penal, entre os quais: «Seminário Hispano-Português: O Espaço Judiciário Europeu» (do *Consejo General del Poder Judicial* de Espanha, em Cáceres, a 27-29 de Outubro de 1997); «Seminário Luso-Americano: A Justiça nos Dois Lados do Atlântico II» (da *Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento*, em Bristol-Rhode Island e Dartmouth-Massachusetts, Estados Unidos da América, a 26-28 de Outubro de 1998); «II Seminário de Formação Hispano-Português: Cooperação Judiciária Transfronteiriça» (do *Ministerio de Justicia* de Espanha, em Madrid, a 29-30 de Novembro de 1999); e «Colóquio — Desafios do Direito no Terceiro Milénio: A Justiça Penal Internacional e os Direitos Humanos» (da *Associação dos Juristas Católicos*, na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, a 31 de Março de 2000).

Colaborou na revisão de 1999 do regime legal sobre cooperação judiciária internacional em matéria penal e foi membro do grupo de trabalho que procedeu à revisão de 2001 do Código da Estrada. Foi ainda membro do grupo de trabalho que procedeu, em 1999, à elaboração da resposta ao «Questionário da União Europeia de Avaliação de Portugal em Matéria de Auxílio Judiciário Mútuo».

É co-autor do livro *Cooperação Internacional Penal* (CEJ, Lisboa, 2000), em que se inclui o seu estudo «Extradição — Regime e *Praxis*». Tem textos publicados sobre temas judiciários e de formação de magistrados, como sejam: «Medida da Pena nos Homicídios Negligentes Estradais» (in *Sub Judice*, n.º 17); «Formação de Magistrados — Alguns mitos e equívocos» (in *O Debate da Justiça — Estudos sobre a crise da justiça em Portugal*, org. António Pedro Barbas Homem/Jorge Bacelar Gouveia, Vislis, Lisboa, 2001); e «CEJ — Um marco de vida. Uma ideia de futuro» (in *CEJ: 25 Anos: Memória do Futuro*, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 2006).

Síntese curricular

Maria Helena Pereira Loureiro Correia Fazenda.

Nasceu a 30 de Julho de 1956.

Procuradora-Geral-Adjunta na Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa — Tribunal da Relação de Lisboa, com funções de coadjuvação